DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO

RECORRENTE: TECNOCLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

RECORRIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CEFETMINAS

Vistos e etc.

I - Das Preliminares

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela Recorrente **TECNOCLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, em face do resultado proferido pela Comissão Permanente de Licitação, no âmbito da TOMADA DE PREÇO nº 05/2014.

A pretensão deduzida pela Recorrente é pela desclassificação da proposta da empresa COMPLETO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA para os itens 169, 201, 210 e 211 e pela desclassificação da proposta da empresa SUPERMERCADO CANDIDÉS LTDA para o item 169 por estarem em desacordo com a legislação e com o Edital.

O recurso é tempestivo, foi apresentado consoante as formalidades legais e editalícias, razão pela qual a Comissão decide pelo seu conhecimento e processamento.

II - Das Formalidades Legais

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que cientificados foram, todos os demais licitantes, da existência e trâmite do respectivo Recurso Administrativo interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação retro identificado.

III – Da Alegação do Recorrente

A empresa Tecnoclean Comércio e Serviços Ltda afirma que as empresas Completo Comércio e Representações Ltda e Supermercado Candidés Ltda para os produtos cotados referentes aos itens 169, 201, 210 e 211 não possuem registro ou notificação junto a ANVISA.

Este é o relatório.

IV – Do Mérito

Conforme a Lei 8666/93 em seu Art. 3º:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ainda, conforme a Lei 8666/93 em seu Art. 43, parágrafo 3º:

“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo,...”

Assim, a Comissão de Licitação, em diligência, solicitou às empresas Completo Comércio e Representações Ltda e Supermercado Candidés Ltda que apresentassem os registros ou notificações junto a ANVISA dos produtos cotados para os itens 169, 201, 210 e 211.

A empresa Supermercado Candidés Ltda apresentou o registro na ANVISA do produto cotado referente ao item 169.

A empresa Completo Comércio e Representações Ltda apresentou o registro na ANVISA dos produtos cotados referentes aos itens 201 e 211 e não apresentou o registro na ANVISA dos produtos cotados referentes aos itens 169 e 210.

O artigo 48, I da Lei 8.666/93, dispõe que serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do instrumento convocatório. Ao tecer comentários acerca do supracitado dispositivo legal MARÇAL JUSTEN FILHO ensina que:

“Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado à luz do princípio fundamental de que a forma não é um fim em si mesmo.”

O TCU decidiu no processo TC 006.754/2007 que:

“As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação”.

v - Da Decisão

Isto Posto, sem nada mais evocar, conheço do recurso interposto, para DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, alterando a decisão da Comissão Permanente de Licitação para desclassificar a empresa COMPLETO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA para os itens 169 e 210, declarando como vencedora para o item 210 a empresa TECNOCLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pelos fundamentos acima expostos.

Assim, a Comissão Permanente de Licitação decide pelo encaminhamento do presente processo à autoridade superior competente (Senhora Presidente da Fundação Cefetminas), para sua análise, consideração e julgamento final do Recurso Administrativo em pauta, para posterior comunicado do resultado às respectivas empresas licitantes interessadas, na forma e prazo previstos no Edital.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ratifico a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, conhecendo do recurso interposto e DANDO-LHE PROVIMENTO PARCIAL, desclassificando a empresa COMPLETO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA para os itens 169 e 210 declarando como vencedora para o item 210 a empresa TECNOCLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Publique-se no site da Fundação Cefetminas e intime-se enviando cópia na íntegra, da decisão a todos os participantes do certame licitatório.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2014.

Prof^ª. Lilian Bambirra de Assis
Presidente da FUNDAÇÃO CEFETMINAS